



ORDEM DOS ENGENHEIROS TÉCNICOS



Caros colegas, caros membros da Ordem dos Engenheiros Técnicos

Na passada quinta-feira, dia 22 de maio de 2025, foi publicada num órgão de comunicação social nacional, na sua versão online¹, uma entrevista concedida pelo bastonário da Ordem dos Engenheiros (OE), em que o entrevistado quis passar algumas mensagens.

Esta entrevista, no entanto, é mais uma evidência daquilo que temos afirmado ao longo dos anos - a sobrançeria no tratamento para com os engenheiros técnicos, revela um desrespeito, sem igual, pelos profissionais que exercem a nossa atividade.

Na referida entrevista o Bastonário da Ordem dos Engenheiros, trata os colegas - e penso que, depois desta entrevista, não ofendo ninguém ao referir-me assim acerca de todos os profissionais de engenharia, pois é o próprio que o assume com a afirmação "*O que nós não queremos é duas associações públicas profissionais da mesma profissão*" -, como coisa menor, ao não querer saber da sua vontade e opinião, acerca das suas, *sim*, só suas, pretensões quanto ao desígnio a que se propõe.

No entanto, estas declarações, lamentáveis, não podem passar em claro, motivo pelo qual publico esta tomada de posição...

A primeira palavra, deste texto dirige-se aos Engenheiros Técnicos, como seria de esperar.

¹ <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/detalhe/ordem-dos-engenheiros-avancou-com-proposta-para-agregar-ordem-dos-engenheiros-tecnicos> (este segmento da entrevista não foi publicado na edição do Jornal de Negócios, só na página online e em conteúdo exclusivo para assinantes)

Neste momento, com toda a tranquilidade, quero ratificar as mensagens que foram veiculadas em todas as ações de campanha e no programa deste elenco que agora lidera os destinos da Ordem dos Engenheiros Técnicos.

A nossa classe profissional vai continuar a existir e a Ordem dos Engenheiros Técnicos vai continuar a representá-la, defendendo intransigentemente a engenharia, tal como vimos fazendo há mais de 25 anos...

As palavras seguintes deste texto apresentam factos que servem, unicamente, para explicar a construção desajeitada da entrevista do bastonário da Ordem dos Engenheiros, evidenciando erros que já tive oportunidade de assinalar anteriormente, numa tomada de posição que está publicada no site da OET e que denominei de *“Uma ofensa sem precedentes a uma classe Profissional em Portugal”*.

É pertinente, neste contexto, traçar uma breve resenha histórica para esclarecer a fundamento da nossa opinião, acerca da pretensão recentemente comunicada pelo Bastonário da OE, numa flashnews que esteve pouco tempo no ar, mas que causou um impacte significativo no seio dos profissionais de engenharia.

A história dos Engenheiros Técnicos faz-se da necessidade de um conjunto significativo de profissionais se organizarem numa associação que os representasse, dado a sua formação não ser reconhecida como suficiente para que a Ordem dos Engenheiros os quisesse admitir pois, à data, a OE não colocava sequer a hipótese de admitir os profissionais detentores do 1º ciclo do ensino superior em engenharia.

Por esse motivo, existiam duas organizações de direito privado representativas destes técnicos de engenharia que, em 1999, se fundiram e deram origem a uma Associação de Direito Público ou *Associação Pública Profissional*, como hoje é usual designar-se, e que teve o nome de ANET – Associação Nacional de Engenheiros Técnicos.

Em 2007 foi implementado em Portugal o processo de Bolonha e os ciclos do ensino superior foram reorganizados, embora do ponto de vista da regulação da profissão nada tenha verdadeiramente ocorrido até 2011, a não ser que a OET deliberou no seu congresso de 2007, na Póvoa de Varzim, representar os licenciados pós-Bolonha, considerando-os como detentores de formação equivalente ao antigo bacharelato.

A diferença de visibilidade veio a ser mais acentuada aquando da “troica”, em 2011, altura em que uma das organizações intervenientes – a OCDE, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico – sugeriu a necessidade de que o primeiro ciclo de formação fosse habilitante para o efetivo exercício da profissão, ou seja, que preparasse os seus estudantes, no final do primeiro ciclo, para o exercício profissional, seguindo o modelo que a OET já defendia há muitos anos.

Estes primeiros ciclos, outorgados por escolas politécnicas ou universidades politécnicas, são reconhecidos por preparar os seus diplomados para o “saber-fazer” sendo efetivamente habilitantes para o exercício profissional, proporcionando igualmente as necessárias condições para prosseguirem estudos para segundos e terceiros ciclos, como atualmente se faz em Portugal.

É neste contexto que a ANET passou a OET - Ordem dos Engenheiros Técnicos, e fez o seu caminho na defesa, intransigente, dos profissionais que representa e assim chegou aos dias de hoje com uma boa parte dos seus objetivos atingidos, *representando Bacharéis, Licenciados, Mestres e Doutores em engenharia*, como aliás está expresso nos seus estatutos - Lei n.º 70/2023 de 12 de dezembro, muito embora continue a trilhar o caminho da afirmação como Ordem jovem de 25 anos, o que tem sido cada vez mais conseguido.

Onde quero chegar com esta introdução histórica, é à demonstração do caminho trilhado e sinalizar que, neste momento, e atendendo ao seu novo estatuto publicado em 2023, a OET representa TODOS os diplomados com o ensino superior em engenharia...

De pessoas que detinham uma formação duvidável e capacidades questionáveis, os engenheiros técnicos passam a ser elementos apetecíveis para engrossar as fileiras da Ordem dos Engenheiros, numa visão pura e simplesmente economicista, como se pode verificar por uma das principais preocupações do seu bastonário quando diz “ ... a conjugação das especialidades; o património, que tem de ser encaixado, por exemplo.”.

E como se esta postura não fosse por si só condenável, dado que a vertente económica só deve ser atendida após as ideias e conceitos estarem resolvidos, também pretende, numa postura de *elite prussiana*, *agregar* os agora assumidos colegas, que efetivamente

não considera nem respeita como se pode comprovar pela iniciativa unilateral que tomou.

Iniciativa que tem a pretensão de tudo definir como se percebe em “... *se extinga a Ordem dos Engenheiros Técnicos ...*” e “... *que, o nosso projeto é agregar, tomando nós a dianteira e sermos nós os timoneiros ...*” ou “... *depois prever que na candidatura de 2028 a Ordem dos Engenheiros Técnicos tem de ter entre 20% a 30% nos órgãos*”, sem sequer ouvir as dezenas de milhar de inscritos na Ordem dos Engenheiros Técnicos.

Pretende, como se subentende, continuar o intuito de subalternização de outrora, como se percebe com a resposta à questão, “*Mas isto tudo foi conversado com a Ordem dos Engenheiros Técnicos?*” e ao qual com a sobrançeria, explícita, se responde “*Vamos conversar com eles. Como Ordem de referência, entendemos falar primeiro ao ministro, ...*”.

Ora, com esta postura, a intenção não é a de conseguir uma organização de todos e para todos, mas antes uma organização com mais membros, já que não se respeitam as opiniões daqueles que se pretende agregar.

Como diz um respeitável antigo dirigente da Ordem dos Engenheiros “*ninguém se quer juntar com quem não respeita*”.

Esta falta de consideração, respeito, dignidade, compostura, ética e deontologia está bem explícita na entrevista quando se diz “... *A nossa Ordem dos Engenheiros é a Ordem de referência, não se trata aqui de uma fusão, nem de uma negociação com a Ordem dos Engenheiros Técnicos, não é uma coisa igual ou parecida...*” e com a falta de verdade expressa na afirmação “... *e só podem exercer a profissão até a determinada dimensão*”. De facto, não existe qualquer limitação para o desempenho profissional na engenharia por parte dos engenheiros técnicos - não existe nenhum ato de engenharia que se encontre vedado aos engenheiros técnicos nas suas diferentes qualificações.

Pois bem, desta postura estamos já fartos e, sinceramente, não se coaduna com os dias de hoje, com a necessidade de regulação da engenharia em Portugal, com a sua representação internacional, com a confiança pública que é nosso dever assegurar no exercício da profissão por parte dos profissionais de engenharia em Portugal.

Quem quer, mesmo, entender-se com os seus pares respeita, dialoga e procura entendimentos, não sendo esta a postura que a Ordem dos Engenheiros tem tido em diferentes locais e situações, como, em tempo, poderei detalhadamente e factualmente explicar.

Francamente já não há paciência para tanto desvario, sobrançeria e tentativa desmedida de notoriedade, fatores que só parecem denotar uma falta de segurança no seu papel de regulador de uma profissão prestigiada, como é aquela que a Ordem dos Engenheiros representa.

Vamos ser claros, nunca existirá qualquer tipo de agregação que possa ter o meu acordo.

Não obstante o que anteriormente referi, mantenho total disponibilidade para, no respeito pela existência das duas Ordens Profissionais que regulam a engenharia em Portugal e em plano de igualdade, respeito mútuo, consideração, dignidade, compostura, ética e deontologia, continuar a concertar posições em nome de Portugal e da Engenharia Portuguesa.

Que os princípios que, no parágrafo anterior, menciono - igualdade, respeito mútuo, consideração, dignidade, compostura, ética e deontologia - sejam os pilares e fundação do relacionamento e que sejam parte das necessárias pontes, com a serenidade, elevação e compostura que a engenharia portuguesa, as Associações Públicas Profissionais envolvidas e os seus Profissionais merecem.

José Manuel Sousa

Bastonário